

CENTRO DE INOVAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA DO JUDICIÁRIO

NEWSLETTER | MAIO 2023

Centro do Judiciário da FGV Conhecimento movimenta mês de março com série de debates para aperfeiçoar sistema de justiça



Representantes do Judiciário e Legislativo estiveram presentes na abertura do seminário "Liberdade de Expressão, Redes Sociais e Democracia".

O Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento realizou quatro seminários durante o mês de março, com relevantes temáticas contemporâneas que estão em pauta no cenário nacional e internacional. Sob coordenação acadêmica do corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça, **Luis Felipe Salomão**, os encontros reiteram a missão do Centro de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de justiça por meio de pesquisas e ambientação de debates que trazem o olhar de múltiplas áreas do saber, representadas por autoridades, juristas, formadores de opinião e pesquisadores.

"**Liberdade de Expressão, Redes Sociais e Democracia**" foi o tema do primeiro grande evento do mês, realizado em parceria com a Rede Globo e com apoio do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Conduzido pela jornalista **Maju Coutinho** (Rede Globo), o seminário tratou sobre governança digital a partir da ótica do Estado Democrático de Direito, com o objetivo de delinear um panorama sobre os principais conceitos relacionados à democracia digital, liberdade de expressão e proteção do cidadão. Participaram o presidente da Fundação Getulio Vargas, **Carlos Ivan Simonsen Leal**; os ministros **Gilmar Mendes** (STF), **Alexandre de Moraes** (STF/TSE), **Flávio Dino** (Justiça e Segurança Pública), **Antonio Saldanha Palheiro** (STJ), **Marco Aurélio Bellizze** (STJ), **Benedito Gonçalves** (STJ/TSE) e **Mauro Campbell Marques** (STJ/Enfam); o presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira**; o deputado federal **Orlando Silva**; e o governador do Estado do Rio de Janeiro, **Cláudio Castro**. Os painéis contaram, ainda, com a presença do procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **Luciano Mattos**; da juíza do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e coordenadora acadêmica do Centro do Judiciário da FGV Conhecimento, **Caroline Tauk**; do diretor-geral da Polícia Federal, **Andrei Augusto Passos Rodrigues**; e do desembargador do TJRJ e coordenador adjunto do Centro do Judiciário da FGV Conhecimento, **Elton Leme**. Para representar o setor privado, estiveram presentes os diretores jurídicos da Rede Globo **Andreia Saad** e **Antonio Cláudio Ferreira Netto**, bem como os jornalistas **Patricia Campos Mello** (Folha de S. Paulo) e **Heraldo Pereira** (Rede Globo), entre outros convidados. Entre os tópicos abordados, destacaram-se proteção de dados, inteligência artificial e suas regulações, tecnologia, comunicação e liberdade de expressão no mundo digital.



O prefeito do Rio de Janeiro, a ministra da Saúde e o presidente da FGV debateram sobre emergências da saúde básica no seminário "Saúde: Novas Perspectivas".

Já o evento "**Saúde: Novas Perspectivas**" concentrou-se em temáticas relacionadas à saúde pública, complementar e suplementar, com debates sobre os desafios acerca do sistema brasileiro e as expectativas diante de um panorama de reconstrução das políticas públicas e da valorização da ciência. No dia 17 de março, reuniram-se o presidente da Fundação Getulio Vargas, **Carlos Ivan Simonsen Leal**; a ministra da Saúde, **Nísia Trindade**; os ministros do STJ **Antonio Saldanha Palheiro** e **Marco Aurélio Bellizze**; o prefeito do Rio de Janeiro, **Eduardo Paes**; os secretários de Saúde **Luiz Antônio Teixeira Jr.** (Saúde RJ) e **Rodrigo de Sousa Prado** (SMS-Rio); o desembargador **Elton Leme** (TJRJ); e o desembargador do TJRJ, presidente da Mútua dos Magistrados do TJRJ, professor da FGV e coordenador acadêmico da FGV Conhecimento, **Ricardo Couto**. Os painéis refletiram sobre governança, SUS, otimização da saúde pública, eficácia e judicialização na saúde. Participaram, ainda, o fundador e presidente do Conselho Administrativo

da Rede D'Or São Luiz, **Jorge Moll Filho**; o vice-presidente da Rede D'Or, vice-presidente da Associação Nacional das Administradoras de Benefícios e professor da Escola Superior de Advocacia da Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, **Pablo Meneses**; o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, **Paulo Rebello**; o diretor-presidente da Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, **Arnaldo Hossepian Júnior**; e a professora **Ligia Bahia** (UFRJ), entre outros convidados.

Em 20 de março, o Centro realizou o seminário "**Marco Legal da Inteligência Artificial**", que debateu sobre direitos das pessoas afetadas por sistemas de inteligência artificial, categorização dos riscos e repercussões regulatórias e responsabilidade civil e administrativa dos agentes de IA, entre outras pautas. Participaram o ministro do STJ e presidente da Comissão de Juristas do Senado Federal sobre Regulação da Inteligência Artificial, **Ricardo Villas Bôas Cueva**; o desembargador **Elton Leme** (TJRJ); a coordenadora da Assessoria Especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Estela Aranha**; e a juíza **Caroline Tauk** (TRF2).



Desembargador Elton Leme (TJRJ), ministro Ricardo Villas Bôas Cueva (STJ) e a juíza Caroline Tauk (TRF2) participaram da abertura do evento "Marco Legal da Inteligência Artificial".

Entre os palestrantes, também estiveram presentes a diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, **Miriam Wimmer**; a conselheira suplente do Conselho Nacional de Proteção de Dados e Privacidade e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, **Caitlin Mulholland**; a diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, **Laura Schertel Mendes**; a presidente da Comissão de Direito Econômico da Ordem dos Advogados do Brasil e professora associada da Universidade de Brasília, **Ana Frazão**; e os pesquisadores **Mariana Valente** (InternetLab/CEBRAP), **Fernanda Bragança** (FGV Conhecimento), **Renata Braga** (UFF/FGV Conhecimento) e **José Leovigildo de Melo Coelho Filho** (FGV Conhecimento). Segundo o ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, os três projetos de Lei aprovados em 2021 têm por objetivo regular, de algum modo, a inteligência artificial em caráter geral, de modo a criar balizas para que ela se desenvolva de maneira segura, protegendo a centralidade do ser humano, sem impedir a inovação tecnológica.

Para encerrar a série de debates, foi ambientada a mesa-redonda sobre a **nova Lei de Licitações**, com foco nos procedimentos auxiliares previstos no artigo 78 da Lei 14.133/2021 e as potenciais melhorias que podem trazer para a gestão pública. Presidido pelo ministro **Benjamin Zymler** (TCU), o encontro contou com a presença dos ministros **Antonio Saldanha Palheiro** (STJ); **Weder de Oliveira** (TCU) e **Vital do Rêgo Filho** (TCU); do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **Manuel Palácios**; e da presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, **Fernanda Pacobahya**. Também participaram do evento o promotor de Justiça titular da Primeira Promotoria de Fundações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, **José Marinho Paulo Junior**; o subprocurador-geral de Justiça de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, **Marfan Martins Vieira**; o desembargador **Ricardo Couto** (TJRJ); o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro **Rodrigo Melo do Nascimento**; procuradores do TCE-RJ **Sérgio Cavalieri Filho** e **Eduardo Azeredo Rodrigues**; o advogado da União **Ronny Charles**; o procurador do Estado do Rio de Janeiro **Pedro Henrique Di Masi**; o secretário de Educação do Município do Rio de Janeiro, **Renan Ferreirinha**; o subsecretário executivo de Educação do Estado do Rio de Janeiro, **Windson Maciel**; o jurista **Marçal Justen Filho**; e o coordenador de Assuntos Institucionais da Fundação Cesgranrio, **Gabriel Lima**. No que se refere à Lei 14.133/2021, todos reforçaram que a legislação representa um avanço no assunto, além de oferecer saídas para o engessamento da Lei 8666/93.

Para assistir às lives dos eventos,

[ACESSE O NOSSO YOUTUBE.](#)